

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	34
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	36
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	37
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	728.908.848
Preferenciais	1.457.817.696
Total	2.186.726.544
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	1.152.985	1.156.740
1.01	Ativo Circulante	83.470	156.650
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.917	88.191
1.01.02	Aplicações Financeiras	42.194	28.584
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	42.194	28.584
1.01.02.01.04	Aplicações financeiras	42.194	28.584
1.01.03	Contas a Receber	34.275	36.138
1.01.03.01	Clientes	34.275	36.138
1.01.03.01.01	Contas a Receber	34.124	36.126
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	151	12
1.01.06	Tributos a Recuperar	618	3.042
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.870	631
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	596	64
1.01.08.03	Outros	596	64
1.01.08.03.04	Adiantamentos a fornecedores	457	0
1.01.08.03.05	Outros Créditos	139	64
1.02	Ativo Não Circulante	1.069.515	1.000.090
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.063	17.312
1.02.01.07	Tributos Diferidos	5.630	16.833
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.630	16.833
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	433	479
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais e outros	433	479
1.02.03	Imobilizado	16.287	17.416
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.439	14.495
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.848	2.921
1.02.04	Intangível	1.047.165	965.362
1.02.04.01	Intangíveis	1.047.165	965.362

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	1.152.985	1.156.740
2.01	Passivo Circulante	137.522	219.135
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.428	6.826
2.01.01.01	Obrigações Sociais	802	956
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.626	5.870
2.01.02	Fornecedores	21.178	31.800
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	21.162	31.748
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	16	52
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.372	35.687
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.718	30.655
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8.149	24.023
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	3.569	6.632
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.654	5.032
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	3.654	5.032
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.174	4.139
2.01.04.02	Debêntures	3.174	4.139
2.01.05	Outras Obrigações	35.100	71.107
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	27.462	62.770
2.01.05.02	Outros	7.638	8.337
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	7.638	8.337
2.01.06	Provisões	56.270	69.576
2.01.06.02	Outras Provisões	56.270	69.576
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	56.270	69.576
2.02	Passivo Não Circulante	693.819	693.356
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	664.786	652.403
2.02.01.02	Debêntures	664.786	652.403
2.02.02	Outras Obrigações	96	114
2.02.02.02	Outros	96	114
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	96	114
2.02.04	Provisões	28.937	40.839
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.993	2.025
2.02.04.02	Outras Provisões	26.944	38.814
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	26.944	38.814
2.03	Patrimônio Líquido	321.644	244.249
2.03.01	Capital Social Realizado	200.208	200.208
2.03.04	Reservas de Lucros	20.042	44.041
2.03.04.01	Reserva Legal	11.329	11.329
2.03.04.02	Reserva Estatutária	8.713	8.713
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	23.999
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	101.394	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	251.877	495.666	241.535	466.920
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-168.810	-299.632	-142.075	-252.297
3.02.01	Custo de Construção	-93.946	-152.542	-75.173	-123.307
3.02.02	Provisão de Manutenção	-6.748	-13.326	-9.579	-18.915
3.02.03	Depreciação e Amortização	-45.690	-89.266	-33.383	-64.766
3.02.04	Custos com Obrigações com o Poder Concedente	-3.804	-7.619	-4.200	-8.403
3.02.05	Serviços	-7.864	-15.822	-9.401	-16.250
3.02.06	Custo com Pessoal	-7.356	-14.214	-7.001	-13.718
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-2.423	-4.853	-2.479	-5.298
3.02.08	Outros	-979	-1.990	-859	-1.640
3.03	Resultado Bruto	83.067	196.034	99.460	214.623
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.607	-21.481	-11.308	-20.530
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.858	-22.008	-10.510	-19.696
3.04.02.01	Serviços	-3.898	-7.545	-3.802	-7.355
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-462	-919	-441	-877
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-4.075	-6.845	-3.726	-6.001
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-142	-248	-168	-305
3.04.02.05	Campanhas Publicitárias e Eventos, Feiras e Informativos	-1.344	-2.344	-721	-1.371
3.04.02.06	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	562	32	565	24
3.04.02.07	Lei Rouanet, Incentivos Audiovisuais, Esportivos e Outros	-260	-668	-457	-684
3.04.02.08	Água, Luz, Telefone, Internet e Gás	-118	-240	-100	-204
3.04.02.09	Contribuições a Sindicatos e Associações de Classe	-7	-56	-94	-217
3.04.02.10	Aluguéis de Imóveis e Condomínios	-133	-299	-136	-291
3.04.02.11	Gastos com Viagens e Estádias	-72	-119	-36	-67
3.04.02.12	Outros	-1.909	-2.757	-1.394	-2.348
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	251	680	310	395
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-153	-1.108	-1.229
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	71.460	174.553	88.152	194.093

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.06	Resultado Financeiro	-8.670	-19.391	-10.522	-23.178
3.06.01	Receitas Financeiras	1.085	2.354	9.529	24.255
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.755	-21.745	-20.051	-47.433
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	62.790	155.162	77.630	170.915
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-21.411	-53.768	-26.483	-58.358
3.08.01	Corrente	-16.823	-42.565	-27.491	-63.726
3.08.02	Diferido	-4.588	-11.203	1.008	5.368
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	41.379	101.394	51.147	112.557
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	41.379	101.394	51.147	112.557
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01880	0,04606	0,02323	0,05113
3.99.01.02	PN	0,01899	0,04652	0,02347	0,05164
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,01880	0,04606	0,02323	0,05113
3.99.02.02	PN	0,01899	0,04652	0,02347	0,05164

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	41.379	101.394	51.147	112.557
4.03	Resultado Abrangente do Período	41.379	101.394	51.147	112.557

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	163.771	186.162
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	239.726	220.959
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	101.394	112.557
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.203	-5.368
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	90.185	65.643
6.01.01.04	Resultado na Baixa do Ativo Imobilizado	155	1.229
6.01.01.05	Variação Cambial sobre Empréstimos e Financiamentos	0	1.382
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias sobre Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	27.503	14.409
6.01.01.07	Capitalização de Custos de Empréstimos	-11.922	-2.757
6.01.01.08	Constituição (reversão) da Provisão para Riscos Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	2.224	1.917
6.01.01.09	Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	24	-2.118
6.01.01.10	Constituição da Provisão de Manutenção	13.326	18.915
6.01.01.11	Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manutenção	5.618	8.299
6.01.01.12	Resultado de Operações com Derivativos	0	6.867
6.01.01.13	Variações Cambiais s/Fornecedores Estrangeiros	16	-16
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-75.955	-34.797
6.01.02.01	Contas a Receber	1.978	636
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-139	-120
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	2.424	1.636
6.01.02.04	Despesas Antecipadas e Outras	-1.268	1.365
6.01.02.06	Fornecedores	-10.638	-3.872
6.01.02.07	Fornecedores - Partes Relacionadas	-49	2.932
6.01.02.08	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-398	-381
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher e Provisão Para Imposto de Renda e Contribuição Social	35.172	60.835
6.01.02.10	Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	-55.487	-79.405
6.01.02.11	Adiantamento a Fornecedores	-457	-238
6.01.02.13	Realização da Provisão de Manutenção	-44.120	-13.492
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	-717	-2.752
6.01.02.16	Pagamentos de Provisão Para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-2.256	-1.941
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-207.961	-124.749
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-2.662	-2.085
6.02.02	Adição ao Ativo Intangível	-192.301	-125.309
6.02.03	Outros de Ativo Intangível	612	2.645
6.02.10	Aplicações Financeiras Líquidas de Resgate	-13.610	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-40.084	-39.393
6.03.01	Liquidação de Operações com Derivativos	0	-8.889
6.03.02	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Pagamento de Principal	0	-30
6.03.03	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Pagamento de Juros	-15.932	-9.600
6.03.04	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Custo de Transação Incorrido	-153	-75
6.03.07	Dividendos Pagos	-23.999	-20.799

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-84.274	22.020
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	88.191	103.040
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.917	125.060

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	200.208	0	44.041	0	0	244.249
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	200.208	0	44.041	0	0	244.249
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-23.999	0	0	-23.999
5.04.06	Dividendos	0	0	-23.999	0	0	-23.999
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	101.394	0	101.394
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	101.394	0	101.394
5.07	Saldos Finais	200.208	0	20.042	101.394	0	321.644

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	174.093	0	38.425	0	0	212.518
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	174.093	0	38.425	0	0	212.518
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-20.799	0	0	-20.799
5.04.06	Dividendos	0	0	-20.799	0	0	-20.799
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	112.557	0	112.557
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	112.557	0	112.557
5.07	Saldos Finais	174.093	0	17.626	112.557	0	304.276

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	540.517	502.641
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	528.619	499.884
7.01.02	Outras Receitas	11.922	2.757
7.01.02.01	Juros capitalizados	11.922	2.757
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-24	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-209.438	-187.163
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-29.164	-30.906
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.406	-14.035
7.02.04	Outros	-165.868	-142.222
7.02.04.01	Provisão de Manutenção	-13.326	-18.915
7.02.04.02	Custos de Construção	-152.542	-123.307
7.03	Valor Adicionado Bruto	331.079	315.478
7.04	Retenções	-90.185	-65.643
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-90.185	-65.643
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	240.894	249.835
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.354	24.255
7.06.02	Receitas Financeiras	2.354	24.255
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	243.248	274.090
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	243.248	274.090
7.08.01	Pessoal	18.609	17.495
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.533	12.624
7.08.01.02	Benefícios	4.252	4.151
7.08.01.03	F.G.T.S.	638	588
7.08.01.04	Outros	186	132
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	89.009	93.737
7.08.02.01	Federais	70.058	74.787
7.08.02.02	Estaduais	117	116
7.08.02.03	Municipais	18.834	18.834
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	34.236	50.301
7.08.03.01	Juros	33.578	49.749
7.08.03.02	Aluguéis	658	552
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	101.394	112.557
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	101.394	112.557

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL

Abril a Junho/2018

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente, o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 2T17.

1.1 - Principais indicadores:

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 157,9 milhões (-5,1%);
- O EBIT atingiu R\$ 71,5 milhões (-18,9%) e a margem EBIT ajustada 42,25% (-7,7 p.p);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 124,4 milhões (-5,5%) e a margem EBITDA ajustada 78,74% (-0,3 p.p);
- O lucro líquido atingiu R\$ 41,4 milhões (-19,1%).

Indicadores (R\$ MM)	2T18	2T17	Var.%
Receita líquida operacional*	157.931	166.362	-5,1%
EBIT	71.460	88.152	-18,9%
<i>Margem EBIT (ajustada)</i>	45,25%	52,99%	-7,7 p.p
EBITDA (ajustado)	124.360	131.555	-5,5%
<i>Margem EBITDA (ajustada)</i>	78,74%	79,08%	-0,33 p.p
Lucro líquido	41.379	51.147	-19,1%

*Receita líquida operacional é a soma da receita de pedágio com a receita acessória deduzindo os tributos. Não inclui receita de construção.

1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq¹)

Em unid. (Veq¹)	2T18	2T17	Var.%
Veículos equivalentes	19.917.379	21.621.024	-7,88%
Veículos de passeio (Eq)	3.913.165	4.330.815	-9,64%
Veículos comerciais (Eq)	16.004.214	17.290.209	-7,44%

(Veq¹) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Tráfego consolidado (-7,88%)

O tráfego consolidado apresentou um decréscimo de -7,88% sobre o mesmo período de 2017.

Comentário do Desempenho

Em 27 de maio de 2018, foi publicada a MP nº 833 que prevê a isenção da cobrança de eixos suspensos dos caminhões vazios. Esta foi uma das reivindicações realizadas pelos caminhoneiros durante a greve ocorrida no mesmo mês.

Diante dos termos da nº MP 833/2018 e, principalmente, da deliberação formal do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR e da AGEPAR - Agência Reguladora do Paraná, por meio do Comunicado Conjunto, a Companhia, a partir de 28 de maio de 2018, deu cumprimento à decisão da não cobrança de pedágio sobre os eixos mantidos suspensos pelos veículos de transportes de cargas que transitam pelas rodovias BR 277, BR 373, BR 376, PRC 373 e PR 151, as quais integram o objeto do Contrato de Concessão nº 075/97 celebrado entre esta Concessionária e o DER/PR.

Excluindo-se os efeitos da referida isenção, o tráfego da Companhia apresentaria queda de 5,98% no 2T18 em comparação ao 2T17. Adicionalmente, destaca-se que o tráfego do 2T18 foi fortemente impactado pela greve dos caminhoneiros supracitada.

Ressalta-se, entretanto, que as formas de compensação pela isenção dos eixos suspensos, reestabelecendo a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão nº 075/97, estão sendo discutidas com o Poder Concedente (DER/PR).

1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

Conforme o Contrato de Concessão 075/97 assinado entre o Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Estradas e Rodagem – DER e a Companhia (cláusula XIX – Do reajuste da tarifa básica), a tarifa de pedágio foi reajustada no dia 01 de dezembro de 2017, com base na variação acumulada dos índices de reajuste da fórmula paramétrica dispostos na Cláusula acima.

1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita Bruta Operacional (R\$ mil)	2T18	2T17	Var.%
Receita de pedágio	169.611	178.813	-5,15%
Receitas acessórias	3.507	3.506	0,03%
Receita bruta operacional total	173.118	182.319	-5,05%

Receita de construção

Receita bruta de construção (R\$ mil)	2T18	2T17	Var.%
Total	93.946	75.173	24,97%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (RI), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Comentário do Desempenho

O 2T18 apresentou um aumento da receita de construção devido às novas frentes de obras de duplicação da BR 376, que atualmente conta com 10 frentes de trabalho, e na PR 151, que possui 3 frentes de trabalho.

Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 2T18 (conforme demonstrado no quadro 1.1) ficou 5,1% inferior em relação ao mesmo período do ano anterior.

As deduções sobre a receita operacional bruta são compostas pelo recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual é de 8,65% sobre a receita de pedágio.

Custos e despesas totais

Custos (R\$ mil)	2T18	2T17	Var.%
Custo de construção	93.946	75.173	25,0%
Provisão de manutenção	6.748	9.579	-29,6%
Depreciação e amortização	46.152	33.824	36,4%
Serviços de terceiros	11.762	13.203	-10,9%
Pessoal	11.431	10.727	6,6%
Materiais, equipamentos e veículos	2.565	2.647	-3,1%
Outros	8.064	7.432	8,5%
Custos totais	180.668	152.585	18,4%

Os custos e as despesas totais da Concessionária tiveram um acréscimo de 18,4% no 2T18, alcançando o valor de R\$ 180,6 milhões.

Custo de construção: Os custos de construção sofreram um aumento de 25% no 2T18 comparado ao 2T17. Esta alteração reflete o cronograma de investimentos do período.

Provisão de manutenção: A provisão de manutenção teve um decréscimo de 29,6% no 2T18, consequência de maiores valores planejados no período anterior, que reflete o cronograma de manutenção de pavimento da Companhia.

Depreciação e amortização: O aumento das despesas no 2T18, em comparação ao 2T17 se deve ao aumento no valor da amortização, decorrente do incremento das obras.

Serviços de Terceiros: Os valores do 2T18 estão 10,9% inferiores ao 2T17, principalmente em razão das frentes de obras de manutenção do pavimento reduzindo à ação das equipes de conservação.

Pessoal: Os custos de pessoal estão 6,6% maiores que no 2T17, devido principalmente ao reajuste ocorrido na data base março/2018.

Comentário do Desempenho

Materiais, Equipamentos e Veículos: Os valores do 2T18 estão 3,1% inferiores ao 2T17. O resultado é reflexo da redução do consumo no período atual principalmente com material de conservação.

Outros: Os valores do 2T18 estão 8,5% superiores ao 2T17, consequência de gastos diversos principalmente relacionados a comunicação.

EBITDA

Reconciliação EBITDA ajustado (R\$ MM)	2T18	2T17	Var.%
Lucro líquido	41.379	51.147	-19,1%
(+) IR/CS	21.411	26.483	-19,2%
(+) Resultado financeiro líquido	8.670	10.522	-17,6%
(+) Depreciação e amortização	46.152	33.824	36,4%
EBITDA (a)	117.612	121.976	-3,6%
Margem EBITDA (a)	46,69%	50,50%	-3,8 p.p
(+) Provisão de manutenção (b)	6.748	9.579	-29,6%
EBITDA ajustado	124.360	131.555	-5,5%
Margem EBITDA ajustada (c)	78,74%	79,08%	-0,3 p.p

EBIT

Reconciliação EBIT ajustado (R\$ MM)	2T18	2T17	Var.%
Lucro líquido	41.379	51.147	-19,1%
(+) IR/CS	21.411	26.483	-19,2%
(+) Resultado financeiro líquido	8.670	10.522	-17,6%
EBIT (a)	71.460	88.152	-18,9%
Margem EBIT (a)	28,37%	36,50%	-8,1 p.p
(+) Provisão de manutenção (b)	6.748	9.579	-29,6%
EBIT ajustado	78.208	97.731	-20%
Margem EBIT ajustada (c)	45,25%	52,99%	-7,7 p.p

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA pelas receitas líquidas, excluídas as receitas de construção.

Comentário do Desempenho

Resultado financeiro líquido

Resultado financeiro líquido (R\$ MM)	2T18	2T17	Var.%
Despesas financeiras	(9.755)	(20.051)	-51%
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(9.839)	(4.941)	99%
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.364)	(1.728)	95%
Variações cambiais sobre empréstimos	-	(9.725)	-100,0%
Perda com operações de derivativos	-	(497)	-100,0%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(2.562)	(4.040)	-37%
Capitalização de custos dos empréstimos	6.232	1.322	371%
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	-	(30)	-100,0%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(222)	(412)	-46%
Receitas financeiras	1.085	9.529	-89%
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	76	-	-
Ganho com operações de hedge	-	6.131	-100,0%
Rendimento sobre aplicações Financeiras	-	532	-100,0%
Juros e outras receitas financeiras	981	2.830	-65%
Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	28	36	-22%
Resultado Financeiro Líquido	(8.670)	(10.522)	-18%

O resultado financeiro líquido no 2T18 foi -18% menor que o mesmo período do ano anterior. A variação do resultado financeiro reflete a queda nas taxas de CDI nos períodos em questão e da liquidação de empréstimo estrangeiro da Companhia em dezembro de 2017.

2. Investimentos

A Concessionária segue cumprindo o Programa de Concessão, com destaque para as obras de duplicação da BR 376, região de Ponta Grossa a Apucarana e PR 151, região de Pirai do Sul e Jaguariáiva.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes (un)	2T18	2T17	Var.%
Índice de acidentes (Ia)*	1,079	1,227	-12,06%
Índice de feridos (If)**	47,289	54,231	-12,80%

*Ia=(Número de Acidentes x 10⁶)/(Extensão x VDM x Período)

**If=(Número de Vítimas Feridas x 10⁸)/(Extensão x VDM x Período)

Comentário do Desempenho

4. Considerações Finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da RodoNorte – Concessionária de Rod. Integradas S.A, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios de legislação societária brasileiras, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de junho de 2018

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

a. Constituição e objeto

A Companhia foi constituída em 3 de novembro de 1997, com sede na Rua Afonso Pena nº 87 Vila Estrela, Ponta Grossa/PR e tem por objetivo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração do lote n.º 5 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, com um total de 567,8 quilômetros, mediante cobrança de pedágio, inclusive prestando serviços de socorro médico, serviços de guincho e reboque de veículos, serviços de informação ao usuário e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, durante o prazo de 24 anos, ou seja, até 27 de novembro de 2021.

O lote n.º 5 é constituído pelas rodovias: (i) BR-376, entre Apucarana e São Luís do Purunã, passando por Ponta Grossa; (ii) BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; (iii) PR-151, entre Jaguariaíva e Ponta Grossa; e (iv) pelos trechos rodoviários de acessos àquelas rodovias.

O contrato de concessão do lote, não oneroso, prevê a obrigação de realização de investimentos.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 24 de junho de 1998, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de dezembro.

Processo de investigação

Em 23 de fevereiro de 2018, foram veiculadas matérias na imprensa noticiando que a CCR S.A., sua controladora e determinadas companhias integrantes do grupo CCR foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. O assunto foi objeto de Comunicado ao Mercado pela controladora CCR S.A., divulgado em 24 de fevereiro de 2018.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração, da controladora CCR S.A., de 28 de fevereiro de 2018, foi deliberada a criação de um Comitê Independente que – em conjunto com assessores jurídicos e com uma empresa internacional de consultoria especializada em investigação corporativa – iniciou o procedimento de investigação para a apuração dos fatos noticiados e eventuais fatos conexos que poderão ou não envolver outras empresas do Grupo.

Em 28 de fevereiro e 12 de março de 2018, a controladora CCR S.A., divulgou fatos relevantes informando ao mercado não só a criação do Comitê Independente, como sua composição e a seleção pelo Comitê Independente dos seus assessores jurídicos e de empresa internacional de consultoria especializada na realização de processos de investigação corporativa, como acima referido. Como divulgado no Fato Relevante de 28 de fevereiro, as conclusões do Comitê Independente serão submetidas ao Conselho de Administração, da controladora CCR S.A., que deliberará quanto às medidas necessárias a serem tomadas.

Em 3 de maio de 2018, a controladora CCR S.A. recebeu do Ministério Público do Estado de São Paulo, pedido de informações, no âmbito de Inquérito Civil, sobre os fatos noticiados pela imprensa. O prazo para resposta à referida solicitação seria o dia 14 de maio de 2018. Porém, no curso desta solicitação, foram requeridos novos esclarecimentos, tornando o prazo acima prejudicado. Em seguida, antes de cumpridas as referidas solicitações, o Ministério Público do Estado de São Paulo decretou o sigilo do procedimento.

Notas Explicativas

Em 20 de maio de 2018, foi veiculada matéria sob título “MP aponta caixa 2 da CCR para a campanha de Alckmin”. Conforme comunicado ao mercado, datado de 24 de maio de 2018, a Companhia, respondendo à Ofício da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, esclareceu que em 28 de fevereiro de 2018, tão logo tomou conhecimento de reportagens publicadas na imprensa acerca de suposta prática de atos ilícitos envolvendo a Companhia, foi constituído Comitê Independente para conduzir investigações relacionadas aos eventos citados nas reportagens e conexos.

A Companhia está sujeita à Lei 12.846/13 e, se fatos conexos forem revelados, poderá ter efeitos materiais sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia. Entretanto, no momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventual provisão para contingências sobre este assunto informações trimestrais.

As investigações conduzidas pelo Comitê Independente ainda estão em andamento e, portanto, não é possível determinar se, ao final dos trabalhos, serão revelados fatos que possam trazer impactos à Companhia.

Com base nos elementos que possui até o momento, a Companhia e sua controladora CCR S.A., em conjunto com seus assessores jurídicos e consultores especializados, efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas suas informações trimestrais da Companhia e concluiu que os fatos veiculados, se ocorreram, não trariam efeitos materiais às mesmas.

b. Outras informações relevantes

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2018, não ocorreram alterações nos processos que envolvem as Companhia.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB"), e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 - Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 09 de agosto de 2018, foi autorizado pela Administração da Companhia a conclusão destas ITRs..

3. Principais práticas contábeis

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2018, dos Pronunciamentos CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes e CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Notas Explicativas

CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contratos com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, (substituindo as normas anteriores que dispunham sobre o reconhecimento de receitas: CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e CPC 30 - Programas de Fidelidade com o Cliente). Em resumo, foi estabelecido um modelo de cinco etapas para a contabilização de receitas, de tal forma que é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a entidade espera ter o direito em troca da transferência de controle dos bens e/ou serviços para um cliente.

O CPC 47/ IFRS 15 não teve impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros (substituindo o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias requeridas para mensuração no CPC 48 / IFRS 9, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018.

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/ IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/ IFRS 9
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	36.126	36.126
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	12	12

ii. Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substituiu o modelo de perda incorrida do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar – operações com derivativos e alguns empréstimos e financiamentos e debêntures. A aplicação do *impairment* de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

iii. Contabilidade de hedge

A Companhia optou por adotar o novo modelo de contabilidade de *hedge* do CPC 48 / IFRS 9. Isso exige que a Companhia assegure que as relações de *hedge* estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e

Notas Explicativas

prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A aplicação da contabilidade de *hedge* de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 não teve impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

4. Determinação dos valores justos

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 54.052 (R\$ 62.485 em 31 de dezembro de 2017), substancialmente composto por passivos com partes relacionadas e provisão de manutenção, detalhados nas notas explicativas nº 09 e 15. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixas e bancos	3.917	5.928
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	-	82.263
	<u>3.917</u>	<u>88.191</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	42.194	28.584
	<u>42.194</u>	<u>28.584</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,58% do CDI, equivalente a 6,45% ao ano (99,32% do CDI, equivalente a 9,83% ao ano em 31 de dezembro de 2017).

7. Contas a receber

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	1.930	3.596
Pedágio eletrônico – outros (b)	33.111	33.423
	<u>35.041</u>	<u>37.019</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(917)	(893)
	<u>34.124</u>	<u>36.126</u>
Não Circulante		
Receitas acessórias (a)	2.118	2.118
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(2.118)	(2.118)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos a vencer	34.123	36.086
Créditos vencidos até 60 dias	1	40
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	27	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>3.008</u>	<u>3.011</u>
Total de contas a receber	<u><u>37.159</u></u>	<u><u>39.137</u></u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Companhia e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada para o negócio da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>01/04/2018 a 30/06/2018</u>	<u>01/01/2018 a 30/06/2018</u>	<u>01/04/2017 a 30/06/2017</u> (Reclassificado)	<u>01/01/2017 a 30/06/2017</u> (Reclassificado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	62.790	155.162	77.630 (*)	170.915 (*)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(21.349)	(52.755)	(26.394)	(58.111)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis	(88)	(117)	(187)	(443)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(233)	(283)	(180)	(226)
Incentivos relativos ao imposto de renda	252	397	349	488
Ajustes tributários	<u>7</u>	<u>(1.010)</u>	<u>(71)</u>	<u>(66)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(21.411)</u>	<u>(53.768)</u>	<u>(26.483)</u>	<u>(58.358)</u>
Impostos correntes	(16.823)	(42.565)	(27.491)	(63.726)
Impostos diferidos	<u>(4.588)</u>	<u>(11.203)</u>	<u>1.008</u>	<u>5.368</u>
	<u>(21.411)</u>	<u>(53.768)</u>	<u>(26.483)</u>	<u>(58.358)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>35%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>

(*) Reclassificação da abertura entre linhas para melhor apresentação.

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Notas Explicativas

	Saldo em 30/06/2018				
	31/12/2017	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	649	(252)	397	397	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	1.024	8	1.032	1.032	-
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	688	(11)	677	677	-
Variação cambial	1.021	(1.021)	-	-	-
Constituição da provisão de manutenção	36.854	(8.561)	28.293	28.293	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(23.406)	(1.372)	(24.778)	34.723	(59.501)
Provisão para fornecedores	3	(2)	1	1	-
Outros	-	8	8	8	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	16.833	(11.203)	5.630	65.131	(59.501)
Compensação de imposto	-	-	-	(59.501)	59.501
Imposto líquido ativo (passivo)	16.833	(11.203)	5.630	5.630	-

	Saldo em 30/06/2017				
	31/12/2016	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	748	(424)	324	324	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	1.024	-	1.024	1.024	-
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	686	(8)	678	678	-
Variação cambial	(10.496)	468	(10.028)	-	(10.028)
Constituição da provisão de manutenção	51.426	4.666	56.092	56.092	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(8.344)	(15.036)	(23.380)	45.617	(68.997)
Provisão para fornecedores	74	(73)	1	1	-
Resultado de operações com derivativos	(11.631)	15.775	4.144	4.144	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	23.487	5.368	28.855	107.880	(79.025)
Compensação de imposto	-	-	-	(79.025)	79.025
Imposto líquido ativo (passivo)	23.487	5.368	28.855	28.855	-

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados do semestre findo em 30 de junho de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações			
	01/04/2018 a 30/06/2018		01/01/2018 a 30/06/2018	
	Serviços prestados	Intangível	Serviços prestados	Intangível
Controladora				
CCR	1.451 (a)	-	2.903 (a)	-
Outras partes relacionadas				
CPC	2.769 (b)	911 (b)	5.259 (b)	1.378 (b)
J.Malucelli	-	42.528 (d)	-	69.870 (d)
Serveng Cívilsan	-	21.083 (e)	-	37.891 (e)
Total, 30 de junho de 2018	4.220	64.522	8.162	109.139

Notas Explicativas

	Transações			
	01/04/2017 a 30/06/2017		01/01/2017 a 30/06/2017	
	Serviços prestados	Intangível	Serviços prestados	Intangível
Controladora				
CCR	1.418 (a)	-	2.837 (a)	-
Outras partes relacionadas				
CPC	3.533 (b)	-	4.963 (b)	701 (b)
J.Malucelli	-	35.162 (d)	-	55.802 (d)
Total, 30 de junho de 2017	<u>4.951</u>	<u>35.162</u>	<u>7.800</u>	<u>56.503</u>

	Saldos			
	30/06/2018		31/12/2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar	Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
CCR	-	454 (a)	12 (f)	447 (a)
Outras partes relacionadas				
CPC	17 (b)	1.009 (b)	-	1.065 (b)
Metrô Bahia	134 (f)	5 (f)	-	-
MSVia	-	-	-	6 (f)
Serveng	-	5.969 (e)	-	26.616 (e)
Andrade Gutierrez Concessões	-	1.291 (c)	-	1.291 (c)
Camargo Corrêa S.A.	-	1.142 (c)	-	1.142 (c)
Cesbe	-	97 (c)	-	97 (c)
J.Malucelli	-	17.495 (d)	-	32.106 (d)
Total circulante	<u>151</u>	<u>27.462</u>	<u>12</u>	<u>62.770</u>
Total	<u>151</u>	<u>27.462</u>	<u>12</u>	<u>62.770</u>

Despesas com profissionais chave da administração

	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Remuneração (g):				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	512	956	421	857
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	14	228	182	364
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	1.340	1.340	540	540
Previdência privada	14	42	24	51
Seguro de vida	1	2	1	2
	<u>1.881</u>	<u>2.568</u>	<u>1.168</u>	<u>1.814</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	30/06/2018	31/12/2017
Remuneração dos administradores (g)	383	907

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 09 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria da Companhia no montante de R\$ 4.100, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

Notas Explicativas

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros:

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao faturamento;
- (c) Retenções de parte das verbas de mobilização das empresas que foram responsáveis pela execução das obras de recuperação inicial da concessão, em função da postergação dos investimentos no cronograma contratual;
- (d) Prestação de serviços por empreitada a preço global de obra de duplicação da rodovia BR-376, compreendendo a construção de nova pista e recuperação da pista existente, com vigência até a 25 de junho de 2021;
- (e) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, cujos pagamentos ocorrem até o 10º dia do mês seguinte;
- (f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; e
- (g) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

10. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	31/12/2017		30/06/2018			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfêrências (a)	Outros (b)	Saldo final
Móveis e utensílios	2.921	-	(90)	14	-	2.845
Máquinas e equipamentos	7.608	-	(119)	1.188	(160)	8.517
Veículos	14.257	-	(150)	739	(452)	14.394
Instalações e Edificações	100	-	-	10	-	110
Terrenos	26	-	-	-	-	26
Sistemas operacionais	29.382	-	(400)	619	-	29.601
Imobilizações em andamento	2.921	2.755	-	(2.828)	-	2.848
	<u>57.215</u>	<u>2.755</u>	<u>(759)</u>	<u>(258)</u>	<u>(612)</u>	<u>58.341</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 93 no semestre findo em 30 de junho de 2018 (R\$ 60 no semestre findo em 30 de junho 2017). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2018 foi de 0,43% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo de debêntures) e 0,16% a.m. no 1º semestre de 2017.

Notas Explicativas

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2017	30/06/2018		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(2.075)	(117)	69	(2.123)
Máquinas e equipamentos	13	(5.474)	(430)	110	(5.794)
Veículos	25	(10.016)	(913)	51	(10.878)
Instalações e Edificações	17	(50)	(8)	-	(58)
Sistemas operacionais	13	(22.184)	(1.391)	374	(23.201)
		<u>(39.799)</u>	<u>(2.859)</u>	<u>604</u>	<u>(42.054)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
- (b) Obrigação com o Poder concedente (DER), verba da polícia Rodoviária.

11. Intangível

Movimentação do custo

	31/12/2017	30/06/2018		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	1.602.384	168.871	-	1.771.255
Direitos de uso de sistemas informatizados	8.486	-	256	8.742
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.086	-	2	1.088
	<u>1.611.956</u>	<u>168.871</u>	<u>258</u>	<u>1.781.085</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 11.829 no semestre findo em 30 de junho de 2018 (R\$ 2.697 no semestre findo em 30 de junho de 2017). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2018 foi de 0,43% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo de debêntures) e 0,16% a.m. no 1º semestre de 2017.

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2017	30/06/2018	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(638.531)	(87.022)	(725.553)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(6.977)	(304)	(7.281)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(1.086)	-	(1.086)
		<u>(646.594)</u>	<u>(87.326)</u>	<u>(733.920)</u>

- (*) Amortização pela curva de benefício econômico.
- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Notas Explicativas

12. Fornecedores

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	12.833	24.400
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	16	52
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>8.329</u>	<u>7.348</u>
	<u>21.178</u>	<u>31.800</u>

- (a) Refere-se principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 30/06/2018	Vencimento final	30/06/2018	31/12/2017
1. 4a Emissão - Série 1	IPCA +5,691% a.a.	5,8502% (a)	1.254	371	Outubro de 2019	164.066	160.942 (c)
2. 5a Emissão - Série 1	IPCA +6,06% a.a.	6,3483% (a)	1.186	849	Novembro de 2021	104.952	102.891 (d)
3. 6a Emissão - Série 1	106,50% do CDI	0,2462% (b)	1.661	1.303	Novembro de 2020	220.547	221.386 (d)
4. 6a Emissão - Série 2	IPCA + 4,4963% a.a.	4,6905% (a)	1.284	1.107	Novembro de 2021	178.395	171.323 (d)
Total geral				<u>3.630</u>		<u>667.960</u>	<u>656.542</u>
						<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante							
Debêntures						4.506	5.400
Custos de transação						<u>(1.332)</u>	<u>(1.261)</u>
						<u>3.174</u>	<u>4.139</u>
Não Circulante							
Debêntures						667.084	655.271
Custos de transação						<u>(2.298)</u>	<u>(2.868)</u>
						<u>664.786</u>	<u>652.403</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

- (c) Não existem garantias.
- (d) Garantia real.

Notas Explicativas

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/06/2018</u>
2019	162.569
2020	220.000
2021	<u>284.515</u>
	667.084

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste semestre findo em 30 de junho de 2018, não houve contratações de novas operações e renegociações de operações anteriores.

Para maiores detalhes sobre as demais debêntures, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>31/12/2017</u>		<u>30/06/2018</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização de bases processuais e monetária</u>	<u>Saldo final</u>
Não circulante						
Cíveis e administrativos	1.017	1.535	(194)	(1.655)	122	825
Trabalhistas e previdenciários	1.008	653	-	(601)	108	1.168
	<u>2.025</u>	<u>2.188</u>	<u>(194)</u>	<u>(2.256)</u>	<u>230</u>	<u>1.993</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cíveis e administrativos	98.816	94.530
Trabalhistas e previdenciários	318	441
	<u>99.134</u>	<u>94.971</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de junho de 2018 é de R\$ 514 (R\$ 514 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

15. Provisão de manutenção

	31/12/2017		30/06/2018			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	69.576	9.299	3.700	(44.120)	17.815	56.270
Não circulante	38.814	4.027	1.918	-	(17.815)	26.944
	<u>108.390</u>	<u>13.326</u>	<u>5.618</u>	<u>(44.120)</u>	<u>-</u>	<u>83.214</u>

As taxas anuais de 2017 e 2018, para cálculo do valor presente, foram de 13,93% e 7,77%, respectivamente.

16. Patrimônio líquido

a. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Numerador				
Lucro líquido	41.379	101.394	51.147	112.557
Denominador				
Média ponderada de ações ordinárias	728.908.848	728.908.848	728.908.848	728.908.848
Média ponderada de ações preferenciais	1.457.817.696	1.457.817.696	1.457.817.696	1.457.817.696
Média ponderada total de ações	2.186.726.544	2.186.726.544	2.186.726.544	2.186.726.544
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,01880	0,04606	0,02323	0,05113
Lucro por ação preferencial - básico e diluído	0,01899	0,04652	0,02347	0,05164

b. Dividendos

Em 23 de abril de 2018, foi aprovado em Ata da Reunião do Conselho da Administração (ARCA), o pagamento de dividendos à conta de Reserva de Retenção de Lucros de 2017, no montante de R\$ 23.999. O pagamento dos dividendos foi realizado em 26 de abril de 2018.

17. Receitas

	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Receitas de pedágio	169.611	369.031	178.813	369.542
Receitas de construção (CPC 47)	93.946	152.542	75.173	123.307
Receitas acessórias e administrativas	3.507	7.046	3.506	7.035
Receita bruta	<u>267.064</u>	<u>528.619</u>	<u>257.492</u>	<u>499.884</u>
Impostos sobre receitas	(14.982)	(32.555)	(15.773)	(32.575)
Devoluções e abatimentos	(205)	(398)	(184)	(389)
Deduções das receitas brutas	<u>(15.187)</u>	<u>(32.953)</u>	<u>(15.957)</u>	<u>(32.964)</u>
Receita líquida	<u>251.877</u>	<u>495.666</u>	<u>241.535</u>	<u>466.920</u>

Notas Explicativas

18. Resultado financeiro

	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(9.839)	(19.556)	(4.941)	(9.860)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.364)	(8.023)	(1.728)	(4.549)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(9.725)	(11.912)
Perda com operações de derivativos	-	-	(497)	(14.162)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(2.562)	(5.618)	(4.040)	(8.299)
Capitalização de custos dos empréstimos	6.232	11.922	1.322	2.757
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	-	-	(30)	(707)
Variações cambiais s/fornecedores estrangeiros	(19)	(19)	(2)	(2)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(203)	(451)	(410)	(699)
	<u>(9.755)</u>	<u>(21.745)</u>	<u>(20.051)</u>	<u>(47.433)</u>
Receitas financeiras				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	10.530
Variação monetária sobre debêntures	76	76	-	-
Ganho com operações de hedge	-	-	6.131	7.470
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	-	-	532	532
Rendimento sobre aplicações financeiras	981	2.167	2.830	5.600
Variações cambiais s/fornecedores estrangeiros	2	3	16	18
Juros e outras receitas financeiras	26	108	20	105
	<u>1.085</u>	<u>2.354</u>	<u>9.529</u>	<u>24.255</u>
Resultado financeiro	<u>(8.670)</u>	<u>(19.391)</u>	<u>(10.522)</u>	<u>(23.178)</u>

19. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	30/06/2018			31/12/2017		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	42.194	-	-	110.847	-	-
Contas a receber	-	34.124	-	-	36.126	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	151	-	-	12	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(667.960)	-	-	(656.542)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(28.912)	-	-	(40.251)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(27.462)	-	-	(62.770)
	<u>42.194</u>	<u>34.275</u>	<u>(724.334)</u>	<u>110.847</u>	<u>36.138</u>	<u>(759.563)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial, foi determinado conforme descrito a seguir:

- **Aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

Notas Explicativas

- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar e fornecedores e outras contas a pagar - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado:** Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos de pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/06/2018		31/12/2017	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures (a) (b)	671.590	679.798	660.671	676.595

- (a) Os Valores contábeis estão brutos do custo de transação
- (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	30/06/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras	42.194	110.847

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

Em 2017, as operações com derivativos contratadas tinham por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor, sem caráter especulativo. Dessa forma, foram caracterizados como instrumentos de *hedge* e registrado pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* visando mitigar totalmente o risco cambial dos fluxos de caixa de seus empréstimos em moeda estrangeira.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão e liquidados em 13 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Riscos cambiais	-	(6.692)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 375, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram consideradas nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicação financeira com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (5)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures - 4ª Emissão	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	164.436	(16.988)	(18.895)	(20.802)
Debêntures - 5ª Emissão	Aumento do IPC-A	Novembro de 2021	105.801	(11.338)	(12.569)	(13.801)
Debêntures - 6ª Emissão - 1ª Série	Aumento do CDI	Novembro de 2020	221.851	(14.942)	(18.685)	(22.431)
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	Aumento do IPC-A	Novembro de 2021	179.502	(16.305)	(18.364)	(20.423)
Aplicação financeira (Itaú Aplicaut)	Diminuição do CDI (4)		11	0	0	0
Aplicação financeira (MenkarII)	Diminuição do CDI (4)		42.183	2.776	3.471	4.166
Efeito líquido				(56.797)	(65.042)	(73.291)
As taxas de juros considerada foram (1):						
	CDI (2)			6,39%	7,99%	9,59%
	IPC-A (3)			4,39%	5,49%	6,59%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 29/06/2018, divulgada pela B3/CETIP;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Saldo líquido. O conceito aplicado para aplicação financeira é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; e
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 30/06/2018, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Notas Explicativas

20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a. Compromissos relativos à concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Compromisso de investimento	<u>660.199</u>	<u>858.976</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviços e casos em discussão para reequilíbrio.

21. Demonstração do fluxo de caixa

a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

b. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Debêntures</u>	<u>Dividendos a pagar</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(656.542)	-	(656.542)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Custos de transação	153	-	153
Pagamentos de principal e juros	15.932	-	15.932
Dividendos pagos	-	23.999	23.999
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	16.085	23.999	40.084
Outras variações			
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(27.503)	-	(27.503)
Constituição de dividendos a pagar	-	(23.999)	(23.999)
Total das outras variações	(27.503)	(23.999)	(51.502)
Saldo Final	<u>(667.960)</u>	<u>-</u>	<u>(667.960)</u>

22. Evento subsequente

Em 25 de julho de 2018, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a 7ª emissão de debêntures no valor de R\$ 150.000.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da

RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

Ponta Grossa - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase – processo de encampação e desapropriação

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº1 b de 30 junho de 2018 e nota explicativa nº1 de 31 de dezembro de 2017, às informações contábeis intermediárias, que descreve que a Companhia é parte em diversas ações judiciais movidas pelo Governo do Estado de Paraná referentes ao processo de encampação e desapropriação. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Ênfase - Processo de investigação

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº1 às informações trimestrais, que descreve que a Companhia, sua Controladora CCR S.A. e determinadas companhias integrantes do Grupo CCR, foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. Conforme mencionado na referida nota, sua controladora CCR S.A. criou um Comitê Independente que, em conjunto com seus assessores jurídicos e com empresa internacional de consultoria especializada, iniciaram investigação para apuração dos fatos noticiados. A Companhia, em conjunto com sua controladora CCR S.A., e seus assessores jurídicos e consultores especializados, efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas informações trimestrais da Companhia e concluiu que, se houver, não seriam materiais às mesmas. Todavia, as investigações ainda estão em andamento e portanto, não é possível determinar se serão revelados fatos que possam trazer impactos à Companhia, bem como se haverá qualquer efeito da Lei 12.846/2013 em decorrência desse assunto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2018.

Ponta Grossa/PR, 09 de agosto de 2018.

JUVÊNCIO PIRES TERRA

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CLÁUDIO JOSÉ MACHADO SOARES

DIRETOR OPERACIONAL

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2018.

Ponta Grossa/PR, 09 de agosto de 2018.

JUVÊNCIO PIRES TERRA

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CLÁUDIO JOSÉ MACHADO SOARES

DIRETOR OPERACIONAL